

# ESPAÇO GEOGRÁFICO, ESCOLA E INCLUSÃO: UM OLHAR SOBRE INDICADORES SOCIOEDUCACIONAIS EM RIO BRANCO - ACRE

Victor Régio da Silva Bento <sup>1</sup>

## RESUMO

A educação brasileira é caracterizada pelas desigualdades em suas instituições de ensino, tanto no provimento de infraestrutura quanto na oferta equipamentos necessários para a execução de um ensino de qualidade. A utilização de indicadores educacionais é relevante para identificar estas disparidades em diversas escalas espaciais, à exemplo das instituições de ensino, municípios e estados. Estes indicadores podem ser comparados com aspectos urbanísticos, contribuindo para traçar um panorama das condições do entorno dos espaços escolares. Tais variáveis podem ser segmentadas para determinados públicos, à exemplo das pessoas com deficiência, uma vez que as barreiras para o ensino de PCD intercrossa as precariedades internas das instituições de ensino com o entorno dos espaços escolares. Mediante essas assertivas, o presente trabalho visa aplicar indicadores socioeducacionais como alternativa metodológica para análise das condições de acesso de alunos PCD à uma educação inclusiva e de qualidade. Para tanto, foram recorridos os microdados do censo escolar do INEP (2019), os quais foram vinculados às características urbanísticas do censo demográfico do IBGE (2010). Estes dados passaram por tratamento estatístico e foram vinculados à base cartográficas das escolas e regionais administrativas urbanas, para análise espacial e mapeamento. Conclui-se com essa pesquisa que a cidade de Rio Branco possui grandes desafios a serem superados para a efetivação de uma educação inclusiva universalizada tanto pela ausência de recursos inclusivos nas escolas quanto pela precária acessibilidade no entorno escolar.

**Palavras-chave:** PCD, Geotecnologias, Educação, Indicadores, acessibilidade.

## INTRODUÇÃO

O estudo em proposição aborda as possibilidades de utilização de indicadores socioeducacionais como ferramentas para identificação das condições de infraestrutura dos espaços escolares e suas circunvizinhanças, necessárias para a inclusão de Pessoas com Deficiência – PCD. O emprego de dados secundários obtidos no censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, se converte em um relevante instrumental na proposição de políticas públicas destinadas à melhoria das condições de provimento da Educação Básica inclusiva, seja quanto à oferta de equipamentos, estruturas e profissionais necessários para universalizar o ensino de forma equitativa.

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre - UFAC, [victor.bento@ufac.br](mailto:victor.bento@ufac.br);

A ausência de laboratório de informática, biblioteca e materiais de apoio, assim como a falta de espaços livres como pátios e quadras cobertas reduzem a perspectiva do trabalho docente. O problema se potencializa quando se considera o atendimento de Pessoas com Deficiência – PCD, especialmente quando a instituição de ensino não possui sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, ou mesmo pela pouca experiência dos professores no manuseio de materiais de caráter inclusivo como mapas táteis e livros em braile.

As limitações às melhores condições de aprendizagem para as PCD aparecem antes mesmo da entrada no espaço escolar, tendo em vista as barreiras de acessibilidade, impostas pela ausência de rampas, calçadas, pavimentação das vias e proximidade do ponto de ônibus. Tais indicadores são refletidos nos estudos do IBGE, sobre as características urbanísticas do entorno dos domicílios e pode ser um instrumento de apoio às informações obtidas no INEP.

A desigualdade da educação e da infraestrutura urbana, quando intercruzadas, refletem os desafios enfrentados para universalização do atendimento especializado. A inclusão de PCD deve ser pauta nas políticas educacionais e de planejamento urbano, assegurando a aprendizagem e o direito de ir e vir.

O trabalho em tela tem como objetivo geral: compreender e interpretar indicadores socioeducacionais como ferramentas para identificação das condições de infraestrutura dos espaços escolares e de suas circunvizinhanças, como subsídio para a inclusão de Pessoas com Deficiência – PCD. Especificamente, busca-se: analisar o impacto da infraestrutura urbana como fator limitante à acessibilidade aos espaços escolares de Rio Branco; verificar as condições de infraestrutura e materiais e voltados à inclusão de pessoas com deficiência; e aplicar geotecnologias como ferramentas para análise espacial de indicadores socioeducacionais.

A interpretação de indicadores socioeducacionais que dão visibilidade as demandas de aprendizado e acessibilidade às Pessoas com Deficiência – PCD é uma temática relevante para se observar as disparidades existentes na universalização da educação de forma inclusiva.

A zona urbana de Rio Branco, capital do estado do Acre, foi selecionada como recorte espacial para pesquisa. A escolha dessa cidade justifica-se pelas dificuldades para a universalização da alfabetização e da inclusão de PCD na Região Amazônica, a qual é caracterizada por seu extenso território, com população rural dispersa, distância entre os centros urbanos e pelas dificuldades de transporte. Os dados educacionais e de infraestrutura, organizados e mapeados no trabalho contribuirão para desvendar onde há maiores demandas para promover uma educação básica inclusiva no espaço intraurbano da capital acreana.

## **METODOLOGIA**

O recorte espacial da pesquisa abrange o perímetro urbano de Rio Branco, tendo em vista que a concentração de escolas na sede municipal é mais expressiva que na zona rural, o que permite uma melhor comparação entre as instituições de ensino e o cruzamento com as informações urbanísticas do IBGE. A escolha por esse recorte temporal foi motivada pela possibilidade de cruzamento de informações do censo escolar do INEP e do censo demográfico do IBGE, observando as desigualdades da inclusão nos espaços escolares.

Após a delimitação espacial, foram extraídos os microdados educacionais do INEP, referentes ao censo escolar de 2019. Dentre as informações analisadas destacou-se especialmente as deficiências visual e física, uma vez que estas demandam melhorias nas condições de infraestrutura interna das escolas e em sua circunvizinhança. Assim estabelecem uma relação entre escola e espaço geográfico.

Os indicadores de infraestrutura foram adquiridos dos agregados de setores censitários do IBGE, referentes ao censo demográfico de 2010. Os dados analisados abordam as características urbanísticas do entorno dos domicílios, as quais influenciam na acessibilidade, a saber: presença de calçadas, vias pavimentadas e rampas de acesso à cadeira de rodas.

Posteriormente, como o auxílio EXCEL, os dados foram estruturados com funções para remoção de duplicatas, contagem (CONT.SE e CONT.SES) e soma (SOMA.SE). Assim, se obteve o agrupamento dos alunos para cada escola, considerando o tipo de deficiência. Para esse estudo selecionou-se três bases cartográficas: as escolas, as regionais administrativas e os setores censitários da capital acreana.

As escolas foram georreferenciadas com a utilização do software Google Earth e posteriormente identificadas com o Geocódigo do INEP. As regionais administrativas de Rio Branco serviram como base para o mapeamento dos dados escolares na escala intraurbana. Estas dez regionais correspondem ao atual zoneamento escolar da capital acreana, vigente desde 2015 (ALMEIDA, 2017). Já os setores censitários foram requeridos para mapear as informações urbanísticas do IBGE (Figura 1).

A vinculação das tabelas CSV às bases cartográficas, análise espacial e mapeamento temático ocorreu com a utilização do programa de geoprocessamento Quantum GIS 3.16. A representação pontual das escolas possibilitou a elaboração de mapas de calor ou “heatmaps”, que mostram a intensidade dos índices na zona urbana de Rio Branco. Os polígonos de setores censitários serviram como recorte espacial para a geração de cartogramas temáticos sobre as características urbanísticas do entorno do

domicílio. Além disso, as Regionais Administrativas Urbanas foram utilizadas como escalas de agregação de indicadores, trazendo um panorama geográfico das desigualdades da inclusão de PCD.

Figura 1 – Bases cartográficas da pesquisa



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e INEP, Censo Escolar, 2019. Elaborado pelo autor.

Para aquisição das características urbanísticas do entorno dos espaços escolares foi estabelecida uma relação entre os setores censitários do IBGE com a localização das instituições de ensino. Para tanto foi aplicada uma técnica de análise espacial denominada “associar atributos por local”. Com essa ferramenta foi possível vincular as informações censitárias à tabela de atributos do arquivo vetorial das escolas de Rio Branco.

No que concerne a análise das infraestruturas inclusivas presentes nas instituições de ensino foram extraídos dos microdados do censo escolar. Destacou-se a presença de ao menos um item de acessibilidade, laboratório de informática, sala de AEE e biblioteca/sala de leitura.

Posteriormente, as informações sobre o quantitativo de alunos PCD por escola e as características urbanísticas do entorno escolar foram agregadas no nível das regionais administrativas urbanas de Rio Branco. Assim foi possível verificar a espacialização destes indicadores na escala intraurbana, verificando em quais regionais administrativas há melhores e piores condições dos indicadores analisados.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A análise espacial de indicadores que dão visibilidade às Pessoas com Deficiência PCD, é relevante para identificar as disparidades na infraestrutura, materiais e presença de profissionais de educação necessários para universalização da inclusão nos espaços

escolares. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência determina em seu artigo segundo, a definição de PCD como o indivíduo que possui “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 02).

Sabe-se que a realidade da educação básica brasileira é bastante desigual nos estados e regiões, tanto pela localização urbana ou rural, quanto pelo tipo de esfera administrativa (federal, estadual, municipal, privada). Além das disparidades geográficas e de gestão, é perceptível que a ausência de equipamentos e dependências basilares como biblioteca, quadra de esportes e laboratório de informática é marcante nas instituições de ensino fundamental e médio. Esses problemas estruturais repercutem negativamente na aprendizagem e inclusão dos alunos, principalmente daqueles que possuem alguma deficiência, visto que essa parcela da comunidade escolar necessita de recursos específicos como salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE, profissionais capacitados e acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, piso tátil). As barreiras para os PCD são enfrentadas antes mesmo da entrada na escola, dada a precariedade da acessibilidade urbana, expressas nas condições das ruas e calçadas.

Tornar o espaço urbano acessível é uma garantia prevista na Lei Brasileira de Inclusão, que em seu artigo terceiro, define acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p. 09).

A implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, foi um marco para a proposição de ações destinadas à garantia e promoção de condições de equidade das PCD, nas mais diversas esferas da sociedade, mediante eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, atitudinais, tecnológicas e de mobilidade. O ambiente escolar é um lugar essencial para a efetivação dessa lei, pois além de promover o desenvolvimento cognitivo dos alunos, é um ponto de encontro de diversos atores sociais: estudantes, professores, gestores e familiares. As práticas inclusivas dos espaços escolares estão expostas nessa lei, ao garantir “XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas

as modalidades, etapas e níveis de ensino; XVII – oferta de profissionais de apoio escolar (BRASIL, 2015, p. 20).

O Censo Escolar 2018 revelou o crescimento na matrícula de alunos com deficiência em todas as etapas da educação básica, alcançando 1,2 milhão de matrículas, um aumento de 33,2% em relação a 2014 (INEP, 2019). Ao adentrar os portões das instituições de ensino, múltiplos desafios são revelados. A ausência de salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE e de materiais didáticos (Audiobooks, mapas táteis, livros em braile). As dificuldades de infraestrutura são evidenciadas pela falta de banheiro adaptado às PCD, elevador ou rampa de acesso para os pisos superiores, inexistência de quadra de esporte coberta. Tais limitações estruturais exigem adaptações por parte dos gestores da escola.

No entanto, os desafios da acessibilidade ocorrem para além da escola, conforme visto no último censo demográfico do IBGE, o qual revelou que apenas 4,7% das ruas brasileiras possuem rampa para cadeira de rodas (ANDRADE, 2012). As dificuldades para inclusão de PCD no ambiente escolar são evidenciadas pela ausência de estruturas essenciais como banheiro adaptado, sala de AEE, materiais didáticos, elevador ou rampa de acesso para os pisos superiores e quadra de esporte coberta (DISCHINGER, 2009).

A presença de infraestruturas essenciais para auxiliar o trabalho docente também deve ser um objeto de análise. Estas servem para identificar quais escolas e municípios estão em melhores condições de prover uma educação de qualidade, inclusiva e atenta às demandas tecnológicas do mundo contemporâneo. Por isso, ressalta-se a importância do laboratório de informática, biblioteca e/ou sala de leitura, sala de atendimento educacional especializado – AEE, assim como a presença de itens de acessibilidade, à exemplo de sinais sonoros, rampas, banheiros e corredores adaptados. Soma-se a esse conjunto a disponibilidade de materiais com projetores multimídia, livros em braile e caixas de som, que são úteis como tecnologias assistivas (BERSCH; PELOSI 2006)

A Geotecnologias, na figura dos bancos de dados geográficos e da cartografia temática, pode ser uma importante ferramenta de apoio à detecção de fatores limitantes à inclusão de PCD nos espaços escolares. A utilização de microdados do censo escolar (INEP, 2019) e dos censos demográficos (IBGE, 2010) contribuem para uma análise multivariada de indicadores sobre as diversas deficiências. Com os dados educacionais é possível verificar a distribuição espacial dos PCD e identificar as escolas com maior dificuldade de prestar um atendimento especializado, dada a carência de equipamentos, salas e profissionais. Já as informações censitárias possibilitam um entendimento das

dificuldades de inclusão para além do ambiente escolar, verificando as condições urbanísticas no entorno das instituições de ensino.

Os microdados do INEP fornecem uma variedade de dados sobre as escolas, matrículas, turmas, docentes e gestores, os quais podem ser estratificados e intercruzados, promovendo uma ampla visão dos ambientes escolares, nos mais diversos níveis de abrangência geográfica (regiões, estados, municípios e escolas). Através desses microdados, pode-se extrair informações sobre alunos PCD por tipo de deficiência, idade e sexo, além de verificar a disponibilidade de equipamentos e recursos necessários para o ensino-aprendizagem desse grupo. Outros indicadores relevantes para as políticas destinadas aos PCD são originados do censo demográfico do IBGE, com as características urbanísticas do entorno dos domicílios. Esses dados a nível de setor censitário podem ser mapeados, servindo de subsídio para identificar as condições de infraestrutura na circunvizinhança da escola, como calçadas, pavimentação das vias e presença de rampa de acesso à cadeira de rodas.

A relação entre estes indicadores e a condição urbanística no entorno dos espaços escolares possibilitam uma análise conjunta dos fatores limitantes ao acesso e manutenção dos alunos PCD. Essa interpretação conjunta da escola e sua vizinhança contribui para verificar as instituições de melhor qualidade quanto à inclusão social. A estratificação dos indicadores educacionais possibilita analisar a preponderância das deficiências por tipo, gênero e idade. Também permite observar as disparidades existentes nas diversas esferas de ensino: privada, público municipal, estadual e federal. Já os indicadores urbanísticos auxiliam na observação das desigualdades espaciais, verificando as diferenças da qualidade de infraestrutura em escolas situadas em áreas centrais e periféricas das cidades.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os microdados do censo escolar de 2019 revelaram, na área urbana de Rio Branco, 101.119 alunos matriculados em 197 escolas e, desse total, 7.201 eram PCD (7,12%). As deficiências são mais evidentes no sexo masculino (9,77%), do que no feminino (4,48%) e distribuem-se na seguinte proporção: Intelectual (64,67%), Autismo (22,52%), Deficiência Física (10,55%), Deficiência Múltipla (7,40%), Baixa Visão (6,55%), Superdotação (3,37%), Surdez (2,29%), Cegueira (0,42%) e Surdocegueira (0,03%). Tendo em vista a expressividade de alunos PCD na Educação Básica da capital acreana,

justifica-se a construção de uma pesquisa que envolva a interpretação de indicadores socioeducacionais, observando as disparidades espaciais no provimento da acessibilidade urbana e nas condições de infraestrutura dos espaços escolares.

A cegueira, baixa visão e limitações físicas são deficiências que merecem uma maior atenção na relação entre escola e espaço geográfico, pois afetam diretamente a mobilidade dos alunos, implicando em investimentos na acessibilidade. Nesse sentido é importante identificar as condições de infraestrutura dos espaços escolares, quanto ao provimento de banheiros, corredores e salas de aulas acessíveis a este público. O olhar também deve ser direcionado ao entorno escolar, pois a ausência de calçadas, pavimentação nas vias, rampas de acesso a pessoas em cadeiras de rodas e iluminação pública dificultam a mobilidade de PCD.

O Ministério da Educação, em seu Glossário da Educação Especial, define deficiência visual – DV – como: “perda total ou parcial da visão, congênita ou adquirida, variando o nível, podendo ser classificada como cegueira ou baixa visão” (INEP, 2019, p. 06). A cegueira é conceituada como a perda total ou baixíssima capacidade de enxergar, necessitando utilizar recursos didáticos e tecnológicos especiais para comunicação, leitura e escrita como o Sistema Braille, livros falados e extensões de acessibilidade à internet. A baixa visão se caracteriza pela perda parcial da acuidade visual, a qual reduz seu potencial de utilização na locomoção e em atividades escolares, portanto, necessita de recursos ópticos (lentes e lupas) e não-ópticos (ampliação de caracteres e cadernos com pauta) para facilitar a inclusão. Já a deficiência física: “consiste em impedimentos físicos e/ou motores que demandam o uso de recursos, meios e sistemas que garantam acessibilidade ao currículo e aos espaços escolares” (INEP, 2019, p. 06).

A tabela 1 evidencia a distribuição de alunos PCD por regional administrativa urbana de Rio Branco e a proporção destes em relação ao total de alunos, enfatizando a deficiência física, cegueira e baixa visão, para assim verificar em quais locais desta capital existe uma maior demanda por políticas públicas destinadas à inclusão nos espaços escolares.

Observando os dados da tabela 1, verifica-se que algumas regionais se destacam no quantitativo de alunos PCD, em sua proporção em relação ao total de alunos, assim como na proporção de alunos com cegueira ou baixa visão e deficiência física. Esta análise pode ser associada com fatores geográficos e sociais para melhor compreender a relação entre as escolas e seu espaço circundante.

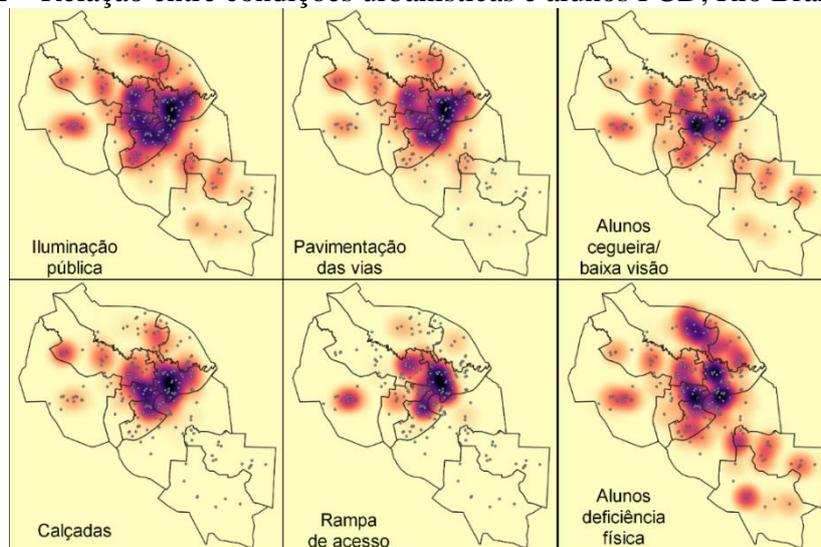
Tabela 1 – Alunos PCD por regionais administrativas de Rio Branco, Acre. 2019.

Regional Administrativa	Escolas	Alunos	Alunos PCD		Cegueira e Baixa Visão		Deficiência Física	
			Total	%	Total	%	Total	%
Baixada do Sol	25	11.381	916	8,05	52	5,68	72	7,86
Belo Jardim	18	10.360	709	6,84	55	7,76	85	11,99
Cadeia Velha	37	18.609	1.273	6,84	88	6,91	119	9,35
Calafate	14	7.322	402	5,49	47	11,69	46	11,44
Est. Experimental	28	12.849	809	6,30	68	8,41	82	10,14
Floresta	16	8.409	617	7,34	71	11,51	66	10,70
São Francisco	13	7.979	662	8,30	28	4,23	68	10,27
Seis de Agosto	22	8.835	680	7,70	28	4,12	64	9,41
Tancredo Neves	17	10.764	821	7,63	51	6,21	114	13,89
Vila Acre	7	4.611	312	6,77	15	4,81	44	14,10
<b>TOTAL</b>	<b>197</b>	<b>101.119</b>	<b>7201</b>	<b>7,12</b>	<b>503</b>	<b>6,99</b>	<b>760</b>	<b>10,55</b>

Fonte: Microdados INEP, 2019.

Além de verificar o quantitativo de alunos PCD por deficiência é necessário estabelecer uma relação entre as escolas e as condições urbanísticas de seu entorno. Os dados do censo demográfico do IBGE (2010) contribuíram para verificar quais destas instituições de ensino possuem melhores condições de acessibilidade, tendo em vista a presença da iluminação pública, pavimentação das vias, presença de calçadas e de rampas de acesso. A figura 2 ilustra, através de mapas de calor, a relação entre as características urbanísticas do entorno dos espaços escolares e com a distribuição espacial de alunos PCD com cegueira/baixa visão e deficiência física nas escolas de Rio Branco.

Figura 2 – Relação entre condições urbanísticas e alunos PCD, Rio Branco, Acre



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 e INEP, Censo Escolar, 2019.

A Regional Belo Jardim é caracterizada pela ocupação populacional recente com escassez das infraestruturas urbanas e de transporte coletivo, o que impacta diretamente na acessibilidade às escolas. Ela apresenta o menor percentual de ruas pavimentadas, além da quase inexistência de calçadas e não registrou a presença de rampas de acesso nos setores censitários situados nas circunvizinhanças das escolas.

As regionais Cadeia Velha e Estação Experimental englobam o centro histórico do da capital acreana e bairros de ocupação mais antiga sendo consideradas como áreas de urbanização consolidada no plano diretor desta cidade (RIO BRANCO, 2016). Estas divisões administrativas possuem a melhor infraestrutura urbana da cidade em termos de iluminação pública, vias pavimentadas e com calçada. A Cadeia Velha torna-se estratégica para as políticas públicas municipais de inclusão de PCD. No entanto, precisa avançar quanto a acessibilidade para pessoas em cadeiras de rodas, pois este é o indicador de menor expressividade nessa regional.

A Regional Seis de Agosto apresenta um contraste no provimento da infraestrutura, tendo os bairros sua parte mais próxima da área central da capital (bairros Seis de Agosto, Quinze e Cidade Nova) com melhores indicadores, em contraposição a localizações mais periféricas (bairros Taquari e Amapá), onde há piores condições de acessibilidade. Tal distribuição desigual das infraestruturas incidem sobre as instituições de ensino, onde algumas destas não possuem iluminação pública, pavimentação das vias e calçadas em seu entorno.

A Regional São Francisco merece uma maior atenção do poder público devido aos baixos índices de provimento das infraestruturas urbanísticas no entorno das escolas. A Regional Calafate possui a segunda melhor acessibilidade no entorno escolar, no que concerne a presença de rampas de acesso. Já as regionais Estação Experimental, Floresta e Tancredo Neves alcançam a melhor qualidade urbanística, especialmente nos conjuntos habitacionais e no entorno das instituições de ensino superior. Em contraposição as Regionais São Francisco e Vila Acre são caracterizadas pela ocupação populacional recente com escassez das infraestruturas urbanas, o que impacta diretamente na acessibilidade às escolas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho constatou os desafios da cidade de Rio Branco em prover uma educação inclusiva e acessibilidade à PCD aos espaços escolares. É notória a precariedade das condições urbanísticas na circunvizinhança das escolas desta capital.

A sobreposição de diversas escalas de análise como setores censitários, escolas e regionais administrativas propiciou um entrecruzamento de variáveis, os quais foram úteis para relacionar as instituições de ensino com sua circunvizinhança. Tal fator demonstra que o Estado concentra os investimentos em determinadas porções da cidade e que as escolas refletem as boas condições do seu espaço circundante, como foi verificado nas regionais Cadeia Velha e Estação experimental. Em contraposição, às regionais de ocupação mais recente (Belo Jardim, São Francisco e Vila Acre) apresentaram piores condições urbanísticas nos entornos escolares.

No que se refere à aplicação de geotecnologias como ferramentas para análise espacial de indicadores socioeducacionais, o trabalho demonstrou como as escolas podem ser passíveis de interpretação geográfica com sua vizinhança. O recorte temático para PCD é apenas uma das possibilidades de inter-relação geográfica escola-entorno. Espera-se que outras pesquisas explorem o potencial que o censo escolar do INEP proporciona para o estudo dos espaços escolares, tendo em vista que podem ser verificadas as condições de trabalho docente ou mesmo os indicadores de nível socioeconômico dos alunos (INSE). Estes podem ser comparados, por exemplo, com os indicadores do IBGE sobre o rendimento nominal mensal dos chefes de família e cor/raça, com a base de setores censitários intraurbanos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. **Relação espaço, cidade e educação**: delineando possibilidades de pesquisa entre educação e geografia. *GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais*, vol. 8, núm. 15, pp. 154-172, 2017

ANDRADE, H. IBGE mostra que apenas 4,7% das ruas do país têm rampa para cadeirante. **Notícias Uol (On-line)**, 2012 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/05/25/porto-alegre-se-destaca-em-estudo-do-ibge-com-quase-25-de-ruas-adaptadas-para-cadeirantes.htm>. Acesso e 15 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, p. 2.

BERSCH, R. C. R.; PELOSI, Miryam B. **Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: tecnologia assistiva: recursos de acessibilidade ao computador II** / Secretaria de Educação Especial - Brasília: ABPEE - MEC : SEESP, 2006.

DISCHINGER, M. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: o direito à escola acessível.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agregado de setores censitários 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados Gerais da Amostra** - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em: 12 ago. 2022.

INEP. **Censo escolar 2019 (microdados).** Brasília: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados>> Acesso em 28 jul. 2022.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Glossário da Educação Especial: Censo Escolar 2019.** Brasília: INEP/MEC, 2019.

RIO BRANCO, prefeitura municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano.** Rio Branco: SMGFU, 2016.

SOUZA, N. C. **Sala de recursos multifuncional e seu funcionamento no atendimento educacional especializado em uma escola de Rio Branco-Acre.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS, da Universidade de Brasília – UnB, 2015.